

ESCALA: UM CONCEITO PRIMORDIAL PARA A GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DEMAIS CIÊNCIAS HUMANAS

SCALE: A PRIMORDIAL CONCEPT FOR GEOGRAPHY, HISTORY AND OTHER HUMAN SCIENCES

José D'Assunção Barros*
jose.d.assun@globomail.com

RESUMO: Este artigo busca examinar, no âmbito de interação entre a História e a Geografia e as diversas ciências humanas como campos de saber, as implicações do conceito de escala. O artigo encaminha-se para mostrar como uma das modalidades mais importantes da historiografia nos últimos tempos – a Micro-História – baseia-se essencialmente neste conceito; mas como, ao mesmo tempo, tem ocorrido um pequeno erro na definição da Micro-História como uma modalidade que “reduz a escala de observação”, quando na verdade o que ocorre é que a Micro-História amplia a “escala de observação” em sua análise do objeto delimitado ou do espaço micro-historiográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Escala, Micro-História, Historiografia, Geografia, Cartografia.

ABSTRACT: This article seeks to examine, within the context of interaction between History and Geography and the various human sciences as fields of knowledge, the implications of the concept of scale. The article goes on to show how one of the most important modalities of historiography in recent times – the Micro-History – is based essentially on this concept; but how, at the same time, there has been a small mistake in the definition of Micro-History as a historiographic modality that "reduces the scale of observation", when in fact what happens is that the Micro-History enlarges the "scale of observation" in his analysis of the delimited object or micro-historiographic space.

KEYWORDS: Scale, Microhistory, Historiography, Geography, Cartography.

Escalas: uma discussão inicial

O conceito de “escala”, fundamental na Geografia, tem se tornado, nas últimas décadas, igualmente primordial para a História. Para isto, certamente tem contribuído a consolidação de novas modalidades historiográficas como a da Micro-História – uma perspectiva historiográfica que se define precisamente pelo uso de uma escala mais aproximativa em relação ao objeto examinado, neste mesmo movimento favorecendo a percepção de detalhes que costumam escapar ao olhar historiográfico mais distanciado e panorâmico. Daí que é utilizada muito frequentemente para ilustrar o que é a Micro-História, a metáfora do microscópio. A Micro-História seria a modalidade historiográfica que faz o esforço de perceber uma realidade humana, um espaço de sociabilidades, um prática cultural, um sistema econômico, uma articulação de relações interindividuais, ou mesmo uma única história de vida, à maneira de um cientista que utiliza uma lente de ampliação.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na qual desenvolve pesquisas na área de História Cultural. No Ensino de História, tem se especializado nas áreas de Metodologia, Teoria e Historiografia, História Cultural e História Política, e tem escrito livros e artigos relacionados a estes campos. Entre suas obras mais recentes destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007) e *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2007).

Apenas para exemplificar a alternativa da Micro-História, podemos tomar como exemplo Carlo Ginzburg, micro-historiador italiano, o qual percorre algumas destas possibilidades micro-historiográficas – o estudo da trajetória, da micro-localidade, da prática cultural, da realização de representações imagéticas – como caminhos micro-historiográficos para enxergar questões historiográficas de maior amplitude. Em *Andarilhos do Bem* (1990), Ginzburg aproxima-se de uma “prática social”, compreendendo uma sociedade mais ampla a partir daquilo que foi categorizado e perseguido como feitiçaria na Itália do período entre o final do século XVI e primeira metade do século XVII, mas que na verdade denotava a presença alternativa de uma religiosidade não cristã nesta mesma sociedade. Já em *O Queijo e os Vermes* (1998), Ginzburg investiga, agora, uma trajetória de vida – a qual se deixou registrar nos processos de inquisição movido contra um moleiro italiano do século XVI – neste caso como caminho para compreender a circularidade cultural naquela sociedade. Nos ensaios de *Mitos, Emblemas e Sinais* (GINZBURG, 1994), o mesmo historiador já se vale da análise de realizações iconográficas para examinar problemas historiográficos diversos relacionados à cultura, o que também é realizado em *Indagações sobre Piero* (GINZBURG, 1989). Enquanto isso, Giovanni Levi, em *A Herança Imaterial*, já está interessado em examinar uma rede de sociabilidades como caminho para perceber problemas econômicos em uma localidade italiana nos séculos XVII e XVIII, e para tal examina as redes familiares e clientelares se conformaram ao redor do exorcista piemontês Giovan Battista Chiesa (LEVI, 2000).

Estes exemplos iniciais revelam a proposta da Micro-História: aproximar-se da realidade “micro” (uma localidade, uma trajetória de vida, uma prática cultural, uma realização icônica) como caminho para a apreensão de questões importantes que, não obstante sua projeção na realidade localizada, dizem respeito à sociedade como um todo. Usa-se muito a metáfora de que, ao invés de investir em uma visão panorâmica do oceano, os micro-historiadores empenham-se em enxergar uma gota d’água – e não com um mero interesse encerrado na própria gota d’água, mas sim para entender melhor o próprio oceano. Neste artigo, pretendemos discutir o conceito de “escala”, básico nesta modalidade historiográfica, partindo da própria Geografia, de modo a depois expandi-lo para outros usos, inclusive o historiográfico. Para tal, podemos desde já considerar que a ideia de escala pode ser empregada para enfatizar a possibilidade de enxergar de diferentes patamares e

perspectivas não apenas o espaço, mas também o meio, o tempo, e o próprio homem. Postulamos que o diálogo com a Geografia – ou com a perspectiva conceitual de escala na Geografia – é particularmente importante para repensarmos se a Micro-História realmente reduz a escala de observação ou, ao contrário, a amplia, ajuste conceitual que proporemos na última seção deste artigo.

Para uma reflexão inicial sobre o conceito de escala, podemos nos colocar na situação de alguém que precisa elaborar uma representação do espaço através de um ou mais mapas, ou então de alguém que está situado em determinado ponto, e não outro, para observar determinado espaço físico. O conceito liga-se, neste sentido, à ideia de que podemos “ver” as coisas a partir de diversos patamares de observação, mais próximos ou distanciados, bem como a partir de ângulos diversos (e mesmo de tempos distintos). Além disso, é importante considerar que o desenvolvimento tecnológico trouxe, desde a primeira modernidade, a invenção de magníficos instrumentos de visualização que permitem ampliar consideravelmente, ou mesmo extraordinariamente, a escala de percepção ou de leitura de determinada porção do espaço. Os microscópios, com o uso de lentes de certo tipo, permitem que seja examinada toda uma realidade invisível de micro-organismos que, se não fosse este instrumento, permaneceria obscura para os cientistas¹. Pode-se ainda chegar a realidades muito pequenas da matéria física: à célula e ao átomo. Enquanto isso, os telescópios – instrumentos dotados de poderosas lentes que ampliam de maneira impressionante a capacidade de enxergar objetos longínquos – podem apreender, também a partir de várias escalas, o espaço sideral².

Tudo isso veio a conferir aos seres humanos uma grande e diversificada capacidade de enxergar o mundo a partir de diversos níveis de percepção, bem como de elaborar representações do mundo simulando diversificados patamares de observação. A ideia de

¹ Considera-se que foram os holandeses Hans Janssen e Zacharias Janssen, fabricantes de óculos, que inventaram o microscópio no final do século XVI. Eles verificaram que a montagem articulada de duas lentes em um cilindro proporcionava a capacidade de aumentar o tamanho das imagens, permitindo que objetos muito pequenos, invisíveis a olho nu, fossem observados de forma detalhada. Mais tarde, outro holandês, Antonie von Leeuwenhoek (1632 e 1723), teria sido o primeiro a direcionar este invento para observações científicas, utilizando um microscópio para observar fibras musculares, espermatozóides e bactérias. Para uma história da microscopia, cfe PIRES, ALMEIDA e COELHO, 2014.

² Os telescópios, por outra parte, têm uma história que remonta ao século XVII. Em 1608, foi novamente um holandês – Hans Lippershey – quem inventou a primeira luneta, cujo modelo foi logo utilizado por Galileu Galilei, que tem o mérito de ter sido o primeiro a apontar uma luneta para o céu, de modo a utilizá-la para finalidades astronômicas, e de aperfeiçoar o instrumento para ampliar em 30 vezes o objeto focado.

escala, associável a estas possibilidades, pode ser relacionada, por fim, às diversas demandas de mensurar os fenômenos e de estabelecer distintos padrões de medição, os quais se baseiam cada qual em certa unidade de medida. Conhecidas as unidades básicas de cada escala, pode-se proceder a uma comparação entre umas e outras. Por isso, também utilizamos escalas para medições de temperatura, de abalos sísmicos, e assim por diante. Não obstante, com vista aos assuntos que aqui nos interessam mais especificamente, vamos neste momento nos concentrar mais propriamente nas escalas de visualização e de representação do espaço.

A Escala e a representação do espaço

Com relação às possibilidades de representar o espaço, podemos definir a escala cartográfica como a relação matemática entre as dimensões do objeto na sua situação real ou corriqueira e as dimensões do desenho que pretende representá-lo em um plano ou mapa, ou mesmo em um novo objeto, como no caso dos globos esféricos que representam o planeta ou das maquetes utilizadas pelos arquitetos como pequenas cópias materiais de cidades.

Em Cartografia, o mais habitual é o uso das escalas reduzidas, nas quais o espaço de representação constituído pelo mapa é bem menor do que o espaço real que está sendo representado³. De todo modo, podemos também pensar na “escala ampliada”, através da qual se representa um espaço que é menor na situação real, de modo a apreender os detalhes mínimos de uma determinada área. De certo modo, é isto o que faz o microscópio, ao trazer para o plano da visualidade humana uma pequeníssima área a partir da qual, com poderosas lentes de aumento, podem ser visualizadas realidades microbiológicas ou infra-atômicas⁴.

³ Nesse caso, expressa-se matematicamente esta relação entre os dois espaços por uma fração (1 / 400.000, por exemplo), na qual o numerador da fração é sempre menor que o denominador da mesma. Para uma aproximação inicial dos usos do conceito de escala na geografia, ver DUARTE, 1989. Para compreender o conceito de escala geográfica, e não apenas a escala cartográfica, ver LACOSTE, 2005, p.87-94 e SANTOS, 1996, p.120. Ver ainda SILVEIRA, 2004, e CASTRO, 1995.

⁴ Nas escalas ampliadas, o numerador é maior que o denominador da fração. Por exemplo: 100:1, 1000:1, etc... Por outro lado, nas escalas reduzidas, porém mais ampliadas, o denominador vai se aproximando de 1. Ao chegarmos à escala 1:1 teríamos a escala natural na qual a representação tem o mesmo tamanho da coisa representada. Enquanto isso, nas escalas mais reduzidas o denominador cresce, e a representação vai se tornando cada vez menor que a coisa representada.

Sobre a relação da escala com a visualização de um fenômeno ou realidade, é importante acrescentar que, em seu uso metafórico, o conceito de escala também migrou para os sentidos mais abstratos da palavra “ver” – verbo que, além do ato puro e simples de olhar, remete a sentidos como o de “conceber”, “enxergar as coisas de um certo modo ou com determinado nível de aproximação”. Posso ver um problema em diferentes escalas – concreta ou metaforicamente falando. Posso estabelecer uma visão panorâmica sobre as coisas, como se abarcasse uma extensão ampla, ou examinar algo em seus mínimos detalhes.

Esse segundo uso do conceito de escala (ao qual remete à ideia de “ver” como “conceber as coisas de uma certa maneira ou de uma perspectiva mais geral ou específica”, e não simplesmente como “olhar para as coisas”), permite certamente pensar uma sutil distinção entre a “escala cartográfica” – compreendida como procedimento técnico que se aplica à elaboração de mapas – a escala geográfica, que se refere à possibilidade de enxergar as coisas em diferentes níveis de análise e em sintonia com diferentes espaços de conceituação⁵.

Um geógrafo, um antropólogo, um sociólogo ou um historiador pode se predispor a examinar as relações sociais, espaciais, culturais e econômicas que estão estabelecidas no interior de uma aldeia indígena brasileira. Na sua busca de compreensão desta aldeia, podem fazer isto elegendo os mais diversos pontos de aproximação ou distanciamento (em relação à espacialidade física, no caso do geógrafo, relativamente a um adentrar na vivência cotidiana do homem comum, para o caso do antropólogo, ou com referência a uma análise intensiva de certo tipo de documentação, no caso dos historiadores).

Se ao antropólogo é possível adentrar a aldeia para conviver diretamente com os nativos e falar de seus problemas imediatos, internos à própria aldeia e de uma perspectiva mais próxima daqueles que os vivem, ou se é exequível ao historiador o exame intensivo de alguma documentação que lhe permita reencontrar-se no próprio nível dos nativos que viveram nesta aldeia em algum momento do passado, poderemos aqui falar de um nível

⁵ Dito de outro modo, a escala cartográfica pode ser considerada um procedimento prático, representativo e meditativo (quantitativo, de certo modo). Enquanto isso, a escala geográfica, que pode pressupor a escala cartográfica, mas não se confunde com ela, é qualitativa. Uma, a escala cartográfica, é utilizada para a confecção de mapas. Outra, a escala geográfica (assim como a escala historiográfica ou a escala antropológica) refere-se à análise, ao problema que se examina, e com qual qualidade de aproximação.

grande de aproximação escalar. Ao cientista político, também, pode-se pensar em uma pesquisa que siga o eleitor em sua trajetória individual. Em casos como estes, temos a ampliação da escala de observação.

Encontramo-nos, nesta operação, com o geógrafo que examina a aldeia em si mesma, que procura representar e falar dos espaços internos da própria aldeia. Todavia, podemos também examinar a situação desta aldeia em um universo mais amplo (um estado, por exemplo), ou então a mesma aldeia inserida no espaço nacional do Brasil. Certo estudo pode examinar a aldeia para inseri-lo no quadro amplo das aldeias indígenas que recobrem toda a América latina. Ou podemos pensar em como esta aldeia está inserida no mundo (como sofre os problemas da globalização, por exemplo). Enxergar a aldeia indígena no interior de diversos enquadramentos é variar a escala de observação.

Digamos que escolhemos a grande escala – aquela que busca se avizinhar do objeto de modo a examiná-lo em sua situação viva, cotidiana. Uma grande escala, no caso da cartografia, permite representar em um mapa a espacialidade de um bairro, deixando visíveis sinalizações sobre os bares e bancas de jornal que existem em cada esquina e entre elas⁶. Esta, daí para mais, seria a ordem das maiores escalas possíveis, chegando-se à planta de um edifício, de um apartamento, da distribuição de móveis em um pequeno quarto.

Classificar uma escala como maior ou menor envolve uma perspectiva relativista. O mapa que focaliza as ruas de um bairro em detalhe apresenta uma maior escala do que o mapa que retrata a cidade, e este uma escala que ainda assim é maior do que a de um para que retrata um estado, ou de outro que retrata a nação. O conjunto de continentes e oceanos que recobrem o planeta Terra, retratado em um mapa plano, seria o de pequena escala. Menores que esta, seriam a escala de um mapa do sistema solar e dos mapas estelares, nas quais o planeta Terra se transforma em uma pequena bola, depois em um ponto, e por fim desaparece.

A maior escala possível, a escala natural, seria aquela na qual a representação do espaço corresponderia ao próprio espaço, superpondo-se a ele (ou seja, seria a escala 1:1). Jorge Luís Borges (1899-1986), no conto *O Rigor da Ciência* (1935), escreveu uma passagem

⁶ Uma escala como a de 1:25.000, entre outras, pode ser confortavelmente usada para a representação cartográfica de cidades, bairros e ruas. Escalas como a de 1:1.000.000 podem ser usadas para a representação de países e continentes. Mas isso depende, obviamente, das dimensões do papel no qual será registrada a representação cartográfica (uma pequena folha, ou uma grande cartolina).

deliciosa pensando nesta situação, ao nos falar, sob o disfarce de um viajante do século XVII, de um antigo império no qual os geógrafos terminaram por elaborar um mapa do tamanho do próprio império:

Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos Dedicadas ao Estudo da Cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade entregaram-no às Inclemências do sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas (Suárez Miranda. *Viajes de Varones Prudentes*, Libro Quarto, capítulo XIV, Lérida, 1658 In: BORGES, 1981, p. 143-144).

A categoria da escala – primordial seja nas análises geográficas (a escala refere-se ao que se considera como problema ou tema de estudo), seja nas representações cartográficas (a feitura de mapas em diferentes escalas) – tem se tornado igualmente primordial para a História. No cenário historiográfico do último quarto do século XX, a introdução da Micro-História – uma modalidade historiográfica que examina o seu objeto em escala ampliada (ou a partir de uma “redução da escala de observação”, como erroneamente se diz)⁷ – trouxe o problema da escala para primeiro plano entre historiadores. Uma escala ou outra permite que sejam vistos certos aspectos (ou que sejam examinados determinados aspectos à luz de certo campo de saber) e que outros se tornem invisíveis. Um fenômeno que pode ser representado, discutido ou problematizado em determinada escala, em outra escala já pode não ser sequer representável; se o for, a mudança de escala pode concomitantemente modificá-lo, como bem o sabem os micro-historiadores, ou como há muito já sabiam os geógrafos e cartógrafos.

⁷ Na verdade, conforme veremos na seção final deste artigo, dizer que a Micro-História é a modalidade historiográfica que trabalha com a “redução da escala de observação” é um erro de origem. Mal definido em algum momento, esse erro passou à historiografia como um lugar-comum que gostaríamos de corrigir. Na verdade, ao efetuar uma maior aproximação em relação ao seu objeto – à imagem de uma lupa que busca examinar os detalhes, a vida humana na sua dimensão cotidiana – o que a Micro-História faz é exatamente o contrário. Os micro-historiadores trabalham com uma “ampliação da escala de observação”. O que se reduz, sim, é o espaço ou universo de observação, de modo a enxergá-lo em escala ampliada. Os exemplos mostrados na sequência deste artigo deixarão mais claro isto.

Distintas escalas e diferentes níveis de análise

Na discussão sobre escalas, deve-se considerar dois aspectos importantes. De um lado, pensa-se habitualmente que um mesmo fenômeno pode ser estudado em escalas diferentes. Por exemplo, pode-se estudar o impacto da globalização nas relações internacionais, ou o impacto da globalização em uma pequena aldeia indígena no interior do Brasil. Pode-se examinar a implicação do conceito e da categoria política do Estado na escala das relações entre os diversos países, ou pode-se examinar o impacto do Estado nos diversos subconjuntos que dele se desdobram, bem como investigar a interferência do Estado na vida de uma aldeia indígena, ao mesmo tempo em que percebemos a resistência das sociedades indígenas à malha estatal. Por outro lado, também se diz os diferentes níveis de análise (as diferentes escalas) também produzem problemas diferentes. Certos fenômenos só existem porque apreensíveis em grande escala, e outros só existem porque apreensíveis em pequena escala. Enxergar a partir de novas escalas é dar ao olhar novos problemas, novas possibilidades de análise, novos conjuntos de relações. De igual maneira, o uso de escalas pode implicar certos espaços de conceituação (e ocultar, ou tornar irrelevantes, outros). Mundo, país, região, cidade, bairro, vizinhança, ou outros ambientes fora da tradicional urdidura político-administrativa (sistemas geológicos, redes econômicas, culturais), correspondem a espaços de conceituação distintos, interligáveis ou não.

Para dar um exemplo inicial sobre o uso de escalas em mapas (representações bidimensionais de espaços tridimensionais), pode-se dizer que a representação de um espaço consoante uma escala produz ou afasta a possibilidade de abarcar com o olhar certos problemas, ou de nos movimentarmos em certo “espaço de conceituação”. Vejamos uma situação muito concreta. Digamos que tenhamos diante de nós um mapa do tamanho de uma folha de cartolina, o qual mede, de lado a lado e de alto a baixo, tantos e quantos centímetros da largura e de comprimento. Além disso, suponhamos que este mapa esteja construído de acordo com uma determinada escala (este é o ponto mais importante). Este mapa – com estas dimensões específicas (o tamanho do papel) e com esta *escala* – permitirá a representação da cidade do Rio de Janeiro, que no caso ocupará a folha de cartolina inteira.

Suponhamos que tenhamos decidido diminuir a escala consideravelmente, ainda que conservando exatamente a mesma superfície de papel. Com uma escala reduzida para

1: 400.000, o mapa começa a mostrar agora o Estado do Rio de Janeiro inteiro, e a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um pequeno círculo cinzento, pouco maior do que os círculos que representam a posição das cidades menores.

Neste novo nível escalar de representação desaparecem, ato contínuo, as ruas e avenidas principais (o sistema viário interno), bem como os bairros nos quais a cidade se divide ou os vários morros que se oferecem como obstáculos à circulação de automóveis e pedestres (mas que também se abrem, é claro, como brechas para a habitação espontânea de alguns de seus habitantes). Desaparecem os contornos mais precisos da cidade. Rio de Janeiro e Niterói, duas cidades contíguas, quase se tocam quando passamos a este nível de representação espacial, o que permite pensarmos em um novo problema: o da *conurbação* urbana⁸. Além disso, com essa escala, somos imediatamente levados a pensar na posição da cidade do Rio de Janeiro no interior dessa divisão política e administrativa mais ampla que é o Estado do Rio de Janeiro. Enquanto isso, os problemas típicos da municipalidade já não encontram mais acolhida no nosso novo âmbito de visualização.

Afloram, agora, as relações da cidade do Rio de Janeiro com outras cidades do mesmo estado (Niterói, Vassouras, Campos, e muitas outras). Aparecem as estradas que as interligam. Podem ser representadas também as práticas agrícolas tais como se repartem no Estado, as vias fluviais, relevo, e assim por diante. Posso representar, com o recurso de cores diversas (se este for meu problema específico de análise) as diferentes concentrações demográficas no estado. Ou posso fazer um mapa climático das várias sub-regiões do Estado do Rio de Janeiro. Problemas como estes – a distribuição demográfica ou climática no interior do estado; as relações entre as suas diversas cidades; as estradas e a rede fluvial; o relevo e as práticas regionais da agricultura – só se tornaram pensáveis (e representáveis) nesta nova escala de representação. Dito de outro modo, a escala possibilitou a emergência de novos espaços de conceituação.

Uma nova diminuição considerável da escala pode nos levar a conseguir representar, na mesma folha de cartolina, o mapa do Brasil (um país). Surge, então, um novo conceito: o de nação. Se for um mapa de divisões administrativas (pois isto quem decidirá é

⁸ Unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em decorrência de seu crescimento extensivo no espaço.

o cartógrafo), aparecem de pronto as unidades federativas (os estados); estes podem, à escolha do cartógrafo, estar unidos em cores que representam as regiões (sul, sudeste, centro-oeste, norte, nordeste). Neste nível de escala, novos espaços de conceituação tornam-se possíveis; novas ideias podem ser pensadas (a nação, a região que engloba vários estados, as grandes formações geológicas, ambientes ecológicos como a Floresta Amazônica). Novos problemas surgem, portanto, como possibilidades. Neste novo mapa, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se em um pequeno ponto. Outras cidades, menores, “desapareceram do mapa” – tornaram-se demasiado pequenas no interior da escala de observação mais reduzida.

Por fim, posso reduzir ainda mais a escala de representação, de modo a abarcar na mesma folha de cartolina um mapa plano do planeta inteiro. Temos agora as diversas nações agrupadas nos cinco grandes continentes, os quais se acham separados pelos grandes oceanos e por um sistema de mares internos.

Este nível escalar faz surgir a política internacional, ou ao menos a torna apreensível ao olhar. Percebemos as fronteiras que todos os países estabelecem com seus vizinhos. Podemos compreender que alguns países têm acesso ao mar, outros não. Podemos construir, novamente lançando mão do recurso de cores, mapas climáticos ou representações do relevo. Cidades que eram visíveis no nível anterior sumiram; outras se transfiguraram em pequenos pontos. O problema das conurbações não é mais representável, pois as megalópoles transformaram-se em pontos. Mas podemos compreendê-las em sua posição no interior de seus países, e assinalar com uma estrela o fato de que algumas delas possuem a função política de capitais. Podemos, neste nível escalar, construir um mapa das linhas aéreas que ligam, entre si, as diversas cidades.

O que foi dito pode ser compreendido tanto no sentido literal – a confecção de mapas – como no sentido metafórico: a elaboração de pensamentos mais abrangentes (com a redução da escala) ou mais específicos (com a ampliação da escala). A micro-história também trabalha com uma grande escala, e não com uma redução da escala, como equivocadamente se diz, e como será argumentado mais adiante: pode-se seguir, através de uma documentação adequada, a trajetória de um indivíduo comum, uma vizinhança, um espaço de aldeia. Pode-se buscar enxergar algo mais através destes pequenos espaços ampliados por uma análise intensiva das fontes, Podemos, em contrapartida, reduzir a

escala de observação de modo a abarcar uma vasta extensão – uma economia-mundo, uma realidade atlântica percebida através das redes de comunicação e transportes marítimos que a recobrem – e, novamente, a certa altura, retomar a perspectiva micro-históriográfica ao afunilar o olhar na direção da apreensão da trajetória de um marinheiro, de um escravo trasladado da África para o Brasil.

A incidência de escalas diversas sobre um mesmo objeto ou tema

A alternância de escalas é também um recurso possível, na Geografia como na História. O mais importante, por ora, é compreendermos que o uso desta ou daquela escala permite pensarmos em alguns problemas, e não em outros, da mesma maneira que conclama a utilização de alguns conceitos, e não de outros.

O mesmo tema, por outro lado, pode ser examinado (complementarmente ou não) a partir de escalas distintas. Reportemo-nos a certo espaço simultaneamente histórico e geográfico, e tentemos apreender um pouco da violência que o afeta. A escala pequena – abarcando com um único olhar vastas regiões em certo momento histórico, ou mesmo áreas continentais, permite enxergar as guerras que as recobrem. Se ampliarmos a escala e focalizarmos em uma pequena localidade o interior de um edifício, talvez nos deparemos com um marido espancando a esposa, ou com uma cena de tortura policial. Se neste último caso estamos empreendendo uma pesquisa de História Local ou de Micro-História, isso dependerá do que faremos com esta observação (se a trabalharemos em si mesma, localmente, ou se a utilizaremos como caminho para enxergar algo mais amplo).

Para dar outro exemplo, podemos, com o recurso da escala pequena, estender o olhar amplo para enxergar uma greve de operários. O geógrafo a representará no mapa, mostrando as regiões do país que aderiram ao movimento; o historiador a analisará em fontes diversas, talvez as notícias de jornal ou os documentos oficiais de negociação entre sindicato e representação patronal. Ao par disso, um micro-historiador pode examinar um destes trabalhadores em seu dia-a-dia e na sua trajetória pessoal – a sua negociação diária para permanecer no emprego, as formas assumidas pela sua resistência, os subterfúgios, as violências sofridas e os modos como reage a elas. Essa grande escala (com frequência se diz, erroneamente, essa “redução na escala de observação”) permite trabalhar no nível micro-históriográfico.

A Geografia, cumpre observar, coloca em relação ao uso de diferentes escalas um problema muito específico, que é só dela. Já ressaltamos que existe uma diferença entre a “escala cartográfica” (a escala utilizada pelo cartógrafo para elaborar um mapa e representá-lo na superfície plana de uma folha de papel ou de uma tela de computador), e a “escala geográfica”, relacionada ao problema que será examinado, ao espaço de conceituação a ser utilizado, ao nível de análise. Pode ocorrer que um geógrafo-cartógrafo seja conclamado a estudar um certo problema geográfico somente perceptível em “escala geográfica ampliada” – por exemplo, a presença e a resistência à violência doméstica no cotidiano de famílias específicas, sendo estas examinadas através de entrevistas e de ocorrências policiais – e que, em seguida, esse mesmo geógrafo-cartógrafo deseje elaborar um instrumento adequado para a visualização do espalhamento da violência doméstica no planeta, construindo para tal um mapa de pequena escala com vistas a abranger o espaço planetário. Ou seja, um problema micro – a resistência cotidiana à violência doméstica – pode encontrar a sua representação global em um mapa planetário. A “escala geográfica” não coincide – *não necessariamente* – com a “escala cartográfica”. Isso ocorre porque a análise geográfica e a representação cartográfica são operações distintas. Implicam decisões em separado.

A oscilação entre o individual e o coletivo traz-nos um problema novo, que também quero inserir na reflexão sobre as escalas. Falamos da guerra e dos massacres coletivos observados em escala planetária (em escala pequena no mapa). Falei ainda da violência individual (o marido que espanca a esposa), a qual só pode ser percebida com uma ampliação da escala de observação. Chamo atenção agora para o fato de que há uma clara distinção de impacto (nos espectadores de notícias, nos leitores de livros, em um nicho eleitoral) entre a violência coletiva e a violência individual. O mesmo ocorre com relação a qualquer outra questão, seja ela positiva – como a execução de um programa com vistas ao letramento coletivo, em contraste com a iniciativa de alguém que resolveu por conta própria promover uma alfabetização individual – ou seja um aspecto negativo, tal como o extermínio em massa de menores abandonados por contraste com o assassinato de um deles, “isoladamente”.

Os massacres promovidos pela violência coletiva (guerras, genocídios, atentados terroristas, chacinas de população de rua) adquirem uma inquestionável visibilidade quando comparados a uma violência individual (o assassinato de um indivíduo, o espancamento de

uma mulher isolada). As guerras estão sempre nos noticiários, e passam sempre para a história. O crime – um crime passional, por exemplo – também frequenta os noticiários, mas por vezes em uma escala menos enfatizada, à qual se confere menor visibilidade. Além disso, dificilmente um crime qualquer entrará para a história (*lato sensu*), e possivelmente logo desaparecerá da memória da maior parte das pessoas que um dia assistiram à sua notícia⁹.

As escalas invisíveis

Quero aproveitar a constatação que encerrou o item anterior para falar nas *escalas invisíveis*. Quando ocorreu em 8 de março de 1857 uma manifestação espontânea de trabalhadoras da indústria têxtil, em Nova York, e este movimento de protesto foi brutalmente reprimido pela polícia, esse acontecimento adquiriu uma grande visibilidade. Mais tarde, essa visibilidade, através de um grande trabalho de memória promovido por movimentos populares, converteu-se também em uma visibilidade histórica ao dar origem ao Dia Internacional da Mulher. Vamos dizer que este acontecimento correspondeu a uma violência coletiva sincrônica (abatendo-se sobre uma multidão de pessoas, e de uma única vez). Enquanto isso, em determinada ocasião uma mulher trabalhadora foi espancada a mando do patrão, ou sofreu assédio sexual (coisas como esta certamente ocorreram muitas e muitas vezes). Talvez o fato tenha passado ao noticiário, mas depois desapareceu e não deixou maiores registros.

O coletivo – este é o ponto sobre o qual desejo discorrer – sempre adquire uma visibilidade muito maior e mais duradoura do que o individual. Entrementes, muitas mulheres foram e continuam sendo brutalizadas no seu ambiente de trabalho, sistematicamente, durante anos e anos. Essa violência coletiva diacrônica (ocorrida contra um grande grupo de pessoas, mas espaçadamente, ao longo do tempo) termina por apresentar uma visibilidade menor do que as violências coletivas sincrônicas.

⁹ O crime poderá ser recuperado para a História em algum momento, é claro, desde que algum historiador queira ou consiga lhe dar nova visibilidade (isto é, transferi-lo para uma outra escala). Não obstante, dificilmente o historiador fará isso só por ter sido um crime, sendo mais provável que se utilize dele, tal como fazem os micro-historiadores, somente para estudar outras coisas que não o próprio crime.

As bombas de Hiroshima e Nagasaki (1945)¹⁰ explodem até hoje na memória coletiva. Enquanto isso, a extensão da violência diária contra as mulheres pode passar despercebida pela maioria das pessoas. Todavia, digamos que um certo pesquisador social resolveu fazer um estudo sobre essa violência coletiva diacrônica, e que terminou por publicar o seu estudo, alcançando sucesso de vendagem. Subitamente, essa violência coletiva contra as mulheres, diacrônica e dispersa no tempo, adquiriu visibilidade ao ser reunida em um único estudo, através de um trabalho estatístico.

Uma mulher brutalizada individualmente em determinada ocasião não será lembrada, a não ser que algum historiador desarchive o registro policial da brutalidade que contra ela foi perpetrada um dia. Mas a violência coletiva diacrônica traduzida em estatísticas, enquanto isso, adquire certamente uma maior visibilidade. A violência contra a mulher no trabalho, transformada em estatística, incorpora um brutal destaque. De igual maneira, nem todo mundo se incomoda ao saber que uma criança pobre específica morreu no nordeste; mas todos tendem a se comover quando tomam conhecimento das elevadas taxas de mortalidade infantil no Nordeste.

Por fim, como já foi dito, a violência coletiva sincrônica – isto é, a violência que se projetou em um espaço social mais amplo – mais ainda e mais do que tudo, será sempre lembrada. Aprendemos nas escolas sobre o Massacre do Campo de Marte, ocorrido em 1791 durante o processo revolucionário francês. Conhecemos também o massacre das trabalhadoras têxteis em março de 1857, que cinquenta anos depois inspiraria a criação do Dia Internacional da Mulher. Transformou-se em um emblemático filme o impressionante Genocídio de Ruanda (1994). Ao mesmo tempo, sempre lembraremos do atentado contra as Torres Gêmeas (ou melhor, a destruição do World Trade Center, ocorrida em 11 de setembro de 2001). Tendemos, no entanto, a nos esquecer dos massacres de palestinos todos os dias nos conflitos do Oriente Médio, a não ser quando estas mortes são reunidas estatisticamente, e adquirem súbita visibilidade.

Existe, portanto, uma outra ordem de escalas das quais não nos apercebemos comumente. E a questão pode ir além: os poderes constituídos e a mídia – aqui considerados os meios diversos, como as mídias impressas e televisivas, os meios de comunicação tradicionais como o rádio, e meios modernos de comunicação imediata já

¹⁰ Detonadas, respectivamente, em 6 e 9 de agosto de 1945.

beneficiados pela tecnologia digital – podem ajudar a construir uma certa hierarquização envolvendo os acontecimentos, como se eles fossem apresentados em uma “escala imaginária”. Não estamos muito distantes no tempo do episódio dos atentados ocorridos em Paris em 13 de novembro de 2015, com a morte de 130 civis. Este acontecimento foi apresentado em escala ampliada pela mídia. A chacina da Candelária, ocorrida em 23 de julho de 1993 no Rio de Janeiro, não recebeu obviamente a mesma visibilidade internacional. Os acontecimentos, enfim, podem ser perspectivados de modos diferenciados. Em linhas gerais, é esta mudança de perspectiva que está envolvida quando falamos em diferentes escalas. As escalas – podemos assim defini-las – correspondem a diferentes patamares de visibilidade.

Podemos encerrar esta sessão lembrando que, para muito além da Geografia, a categoria da escala, conforme vimos, é hoje em dia fundamental para o trabalho do historiador, e também para certas correntes da Antropologia. A escala, enfim, é mais um desses conceitos que puderam se enriquecer a partir do contato entre historiadores e geógrafos, ou entre os cientistas ligados aos diversos campos de saber que lidam menos ou mais diretamente com o espaço. Para a História, tornou-se possível entender que a adoção de distintas escalas de observação e de análise permite enxergar, de fato, uma maior variedade de fenômenos e processos históricos.

Um ajuste de definição: a Micro-História e a ampliação da escala

A Micro-História tornou-se uma modalidade especialmente importante, na historiografia, a partir das últimas décadas. Ela oferece, por um lado, uma perspectiva útil não apenas para entrecruzar diversos pontos de vista, mas também para confrontar comparativamente diversas escalas, sendo inclusive aplicável ao exame das complexidades típicas do mundo contemporâneo (REVEL, 2010, p.434-444). De modo mais geral – e corretamente, ao nosso ver – a Micro-História é compreendida como uma *abordagem*, tal como assinala o historiador mexicano Aguirre Rojas já no próprio título de um livro de sua autoria *Micro-história italiana: modo de uso* (2012). Por outro lado, a Micro-História não é apenas italiana, embora historiadores italianos como Ginzburg e Giovanni Levi estejam entre decerto os primeiros que investiram nesta abordagem intensiva que busca aproximar a escala de observação da realidade examinada, habilitando-se a apreender detalhes que

muitas vezes escapam ao olhar historiográfico mais panorâmico. A abordagem micro-historiográfica, de fato, ganhou o mundo. No Brasil, por exemplo, tem ocorrido um investimento significativo no uso desta perspectiva para o estudo de problemas específicos, através de coletâneas reunindo autores diversos (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009), em investigações de maior fôlego (SILVA, 1997; MOTT, 1992; GOMES, 1992), bem como em obras de reflexão historiográfica sobre a Micro-História (LIMA, 2004, 2006, 2012 e 2015; PESAVENTO, 2004; VAINFAS, 2002).

O diálogo com a Geografia, não obstante, poderia mostrar aos historiadores a possibilidade de reajustes conceituais importantes nos momentos em que se discorre sobre o que é a Micro-História, particularmente no que concerne ao problema da escala de observação. Existe um erro crasso na definição de Micro-História que é a mais habitualmente utilizada na historiografia ao se evocar o problema da escala. É muito comum encontrarmos a idéia de que a Micro-História “reduz a escala de observação”. Nada mais errôneo, se considerarmos o uso da noção de escala nas várias ciências, e inclusive na geografia. Conforme vimos anteriormente, a escala reduzida é a que, para representar um espaço mais ampliado, afasta o observador de seu objeto, e com isso permite estender a percepção para um espaço maior, ao mesmo tempo em que, em contrapartida, sacrifica a percepção de detalhes que só poderiam ser apreendidos em um nível de maior proximidade. Já a escala ampliada seria precisamente a que aproxima o observador de seu objeto, e para tal pressupõe abarcar um espaço ou universo menor de observação.

Nos termos micro-historiográficos, o que ocorre é esta aproximação e o recorte mais delimitado (o espaço mais reduzido de observação), com vistas à apreensão de certos detalhes que escapariam da perspectiva macro-historiográfica tradicional. Deste modo – como é inversamente proporcional relação entre o tamanho da escala e o espaço que pode ser observado – o que a Micro-História faz é na verdade “ampliar a escala de observação”. A Micro-História utiliza uma escala ampliada, e não reduzida. É difícil dizer porque se consolidou este erro tão frequente da historiografia. Nossa hipótese é que a operacionalização da imagem conceitual da escala foi mal empregada pelos primeiros historiadores que comentaram a perspectiva micro e, a partir daí, o conceito difundiu-se como erro propagado. É hora de corrigi-lo, ainda que os historiadores já estejam tão acostumados a dizer que “a micro-história reduz a escala de observação”.

Talvez o nome – micro-história – tenha facilitado o erro. Mas o importante é compreendermos que o que se torna micro nesta abordagem historiográfica é o espaço de observação. Não é a escala – a qual, como postulamos, é na verdade ampliada – e tampouco é o objeto que se apequena. Tal como ocorre no uso de um microscópio, instrumento capaz de ampliar a escala de observação, o objeto examinado pode se tornar maior no visor. Em contrapartida, precisamos recortar mais e mais o espaço de observação. Enquanto o espaço torna-se menos extenso, os objetos contidos neste pequeno espaço (neste espaço micro) podem se tornar maiores ao olhar científico. Ao lado da redução do espaço que se torna menos extenso, a observação passa a ser mais intensa, capaz de apreender mais detalhes, ou mesmo tornar visíveis coisas que antes eram invisíveis.

Lembremos o exemplo da cartografia: com o mapa mundi o mapa de escala mais reduzida – ou com um globo representando a Terra, podemos enxergar o conjunto de continentes e oceanos no qual é partilhado o espaço terrestre. Em contrapartida, não podemos enxergar ou representar pequenas cidades, e muito menos as ruas destas cidades, suas casas, os postes que se erguem nas suas esquinas. À medida que ampliamos a escala de observação, perdemos a observação do conjunto de continentes, mas ganhamos a percepção de maiores detalhes sobre um país em um destes continentes. Continuando a ampliar a escala, percebemos melhor as regiões, depois as cidades. Penetramos, por fim, na percepção de um universo urbano, com suas ruas, e podemos seguir adiante na ampliação da escala de observação até atingir o tamanho natural. Se seguirmos com a ampliação da escala, penetramos no mundo microscópico. Precisaremos nos ater, então, a um ponto, cada vez menor. Este ponto poderá ser submetido a sucessivas ampliações. A cada mudança da objetiva, obviamente, perceberemos um universo novo: da célula às moléculas e aos átomos. Se nossa tecnologia permitisse, na sequência desta ampliação crescente da escala de observação chegaríamos às pequeníssimas cordas vibrantes que são postuladas, por certas correntes teóricas da Física, como as unidades últimas da realidade material.

Como dizíamos, propagou-se este erro fundamental na historiografia, de se dizer que a Micro-História reduz a escala de observação – quando, na verdade, o que se reduz é o espaço de observação (a superfície examinada, que pode ser uma vizinhança, uma rua, ou o espaço familiar). Ou, ainda, o que se reduz é o material humano examinado, que ao invés das grandes massas observáveis a partir de metodologias seriais e quantitativas, ou de

leituras panorâmicas de sociedades ou populações, aproxima-se do “rés-do-chão”, para utilizar uma imagem de Jacques Revel ao prefaciar o livro *Herança Imemorial* do micro-historiador italiano Giovanni Levi.

Seria de se investigar, se houvesse algum interesse maior neste aspecto, de onde partiu o erro. O próprio prefácio de Jacques Revel acima citado – primoroso ou correto em tudo o mais – apresenta essa pequena falha o evocar a prédica de Giovanni Levi e Poni que é sintetizada com estas palavras:

A análise micro-históricográfica tem portanto duas faces. Usada em *pequena escala* [grifo nosso] torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível a outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula (REVEL, 2000, p.17)¹¹.

Na verdade, o que torna possível a reconstituição do vivido – ou seja, uma aproximação da escala natural em que se dá a vida de modo a contemplar aspectos como as relações interindividuais e os detalhes que passam despercebidos pelo olhar micro-históricográfico mais habitual – é precisamente o uso da “grande escala”. O que a Micro-História faz, poder-se ia dizer, é ampliar a escala, utilizar uma lupa, ou criar uma representação mais próxima da estatura do vivido. A vida examinada na maior aproximação possível aparece exatamente porque abandonamos as escalas reduzidas que permitem abarcar um plano maior e escolhemos a escala ampliada. É possível que esse tipo de erro também esteja relacionado ao uso cotidiano da expressão “em larga escala” para se referir a uma série maior (“automóveis produzidos em larga escala” por oposição a “automóveis produzidos em pequena escala”). Mas não podemos confundir a *produção* em larga escala evocada nesta expressão industrial com a *observação* em escala ampliada – um conceito que vem da Geografia, da Cartografia, da Astronomia, da Microbiologia¹².

O erro também aparece nos próprios micro-historiadores italianos, que estiveram entre os pioneiros no uso da escala micro-históricográfica ampliada – mesmo quando se cometeu o erro de dizer que essa aproximação da escala em relação ao vivido corresponde a

¹¹ Além deste prefácio para a célebre obra de Giovanni Levi, destaca-se na produção de Jacques Revel uma realização importante para o âmbito da Micro-História, que é o livro coletivo por ele organizado com o título *Jogos de Escala – a experiência da micro-análise* (original: 1996). A obra reúne ensaios de autores diversos. Para a questão das escalas, é particularmente importante o ensaio de Bernard Lepetit que faz parte desta coletânea (“Sobre a escala na História”).

¹² Além disso, escala é um conceito polissêmico, mesmo no interior de uma única disciplina como a Geografia. Para uma discussão sobre isto, ver RACINE et al. (1983).

uma “redução da escala de observação”. Carlo Ginzburg, o mais famoso dos micro-historiadores italianos, em um artigo de 2006 intitulado “Micro-História: duas ou três coisas que sei a respeito” (GINZBURG, 2007, p. 249-279), sanciona a expressão indevida em sua busca das origens variadas da micro-história. Como uma passagem para se demonstrar o exemplo, podemos reproduzir um comentário do micro-historiador italiano que menciona “a redução de escala sugerida pela palavra micro-história” (GINZBURG, 2007, p. 255). Na verdade, podemos reforçar mais uma vez, o que a palavra micro-história sugere (ou deveria sugerir) é a redução do universo de observação, o afunilamento da visão, a densificação da análise que se torna possível quando examinamos algo de mais perto (o que só é possível quando optamos por um espaço de observação menor). Em uma palavra: não é a escala que é micro: é o espaço de observação que é minimizado. A micro-história pode escolher, por exemplo, a análise de um fragmento (novamente: um fragmento que será analisado em escala ampliada). Os exemplos poderiam se multiplicar indefinidamente, porque este erro (dizer que a micro-história reduz a escala de observação) realmente se propagou. Está por exemplo na excelente definição de Micro-História proposta pelo historiador brasileiro Henrique Espada Lima – em tudo correta, senão pelo erro habitual de se mencionar a escala reduzida (e não a escala ampliada) como uma das características da análise micro-históricográfica:

A micro-história se construiu e se desenvolveu a partir de alguns eixos temáticos e metodológicos que podem ser demarcados com alguma clareza. Por um lado a micro-análise das redes de relações sociais como processo definidor da história social, e a *redução da escala de análise* [grifo nosso] como operação possível de ser realizada sobre problemas historiográficos de qualquer dimensão (e, desse modo, as biografias e estudos de caso como objetos de análise privilegiados. Por outro lado o fragmento como via de acesso aos objetos de indagação histórica, a crítica do relativismo historiográfico, a atenção sobre as formas de comunicação do conhecimento histórico, e, portanto, a interrogação do lugar da narrativa dentro da História (ESPADA, 2006, p. 147).

Tudo correto, a não ser que deveria ser substituída a expressão “redução da escala de análise” para “ampliação da escala de análise”. A micro-história é, de fato, esta modalidade da História que pode examinar problemas de qualquer dimensão a partir da escolha de um espaço de observação micro-selecionado ou reduzido – uma espacialidade pequena, uma trajetória de vida, uma pequena rede de sociabilidades, uma prática social ou cultural – instrumentalizando uma “ampliação na escala de observação” que pode permitir

uma análise mais densa, a apreensão de detalhes, e, na medida do possível, uma aproximação maior da possibilidade de reconstituição do vivido (mais um horizonte do que algo a se alcançado). Fontes que permitem a análise densa, a captação dos detalhes, a aproximação do vivido – como, por exemplo, os processos criminais e os processos de inquisição – oferecem-se aos micro-historiadores como recursos privilegiados que permitem essa ampliação da escala de observação¹³.

Esta singularidade da micro-história – a combinação entre a análise densa, a variação na escala de observação de modo a obter uma maior aproximação da realidade examinada, e a compreensão de que uma realidade local ou fragmento pode permitir que se percebam aspectos constituintes (embora menos visíveis) de uma realidade mais ampla – é muito bem compreendida por todos os historiadores, embora boa parte deles cometa o erro de vocabulário que temos aqui a pretensão de corrigir. De fato, vemos em um texto de Giovanni Levi sobre a micro-história a repetição em vários momentos da fórmula vocabular errônea da “redução da escala de observação”, mas com a compreensão perfeitamente correta de tudo que a modalidade micro-históricográfica possibilita. Ele se expressa bem quando fala nos termos de uma “escala microscópica”, mas sempre resvala na pressuposição de que esta escala, para ser apreendida, implica uma “redução na escala de observação”. Em suas palavras:

A micro-história como uma prática é sempre baseada na *redução da escala de observação* [incorreto], em uma *análise microscópica* [correto], em um estudo intensivo do material documental. [...] Para a micro-História, a *redução da escala* [novamente incorreto] é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado [corretíssimo] (LEVI, 2011, p. 139).

Levi, em outros momentos de seu excelente texto – que subscrevemos em todos os aspectos com exceção do uso da expressão indevida que está aqui sendo rediscutida – chama atenção para a necessidade de termos consciência dos aspectos e detalhes que se tornam visíveis na “escala local”, na “escala nacional” ou na “escala global”. E o que se revela na escala local não é apenas pertinente ao local no qual o aspecto foi observado, mas efetivamente faz parte da realidade mais ampla. Inversamente, o local também se reflete no nacional ou no global. O historiador, ou o analista, pode transitar entre estas diferentes

¹³ Para uma síntese importante sobre as características da Micro-História, ver também o ensaio de Giovanni Levi intitulado “Sobre a Micro-História”, que foi incluído na coletânea *A Escrita da História* organizada por Peter Burke (2011, p.135-166).

escalas (local, regional, nacional, global, cósmica). A consciência vocabular que precisa ser agregada, por outro lado, é de que a “escala de observação ampliada” é aquela que permite apreender a “escala local”. E é perfeitamente correta a ideia de que apenas *restringindo-se* (e não reduzindo) a escala de observação a uma área particularmente localizada é possível observar certos aspectos que são tão constituintes da realidade quanto outros aspectos que são perceptíveis quando o olhar se estende a espaços mais vastos da realidade observada.

Este, enfim, é o ajuste de vocabulário que queremos propor. De todo modo, a observação sobre esse pequeno ajuste de vocabulário que deveria beneficiar a comunidade historiográfica no que concerne a uma definição mais adequada da Micro-História não desmerece, de modo algum, as extraordinárias realizações que têm sido trazidas por este campo da historiografia contemporânea. O exemplo é oportuno, ainda, para ilustrar a importância de que as diversas ciências humanas mantenham constantes diálogos interdisciplinares. Uma maior proximidade com os conceitos da geografia – área científica das ciências humanas que precede a História na atenção dada ao conceito de escala – pode contribuir para reajustes importantes como o que foi acima proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Micro-história italiana: modo de uso*. Londrina: Eduel, 2012.

BORGES, Jorge Luís. *El hacedor*. Madrid: Alianza, 1981.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 2011, p.135-166.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

DUARTE, Paulo Araújo. *Escala: fundamentos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

DUARTE, Paulo Araújo. *Cartografia temática*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

ÉVORA, Fátima Regina Rodrigues. A Descoberta do Telescópio: fruto de um raciocínio dedutivo? *Caderno Catarinense de Ensino da Física*, 6, jun. 1989, p. 30-48.

GINZBURG, Carlo. A Micro-História: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149-179.

GINZBURG, Carlo. *Indagações sobre Piero*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Plínio. *Um herege vai ao Paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LACOSTE, Yves. *Geografia: isto serve, antes de mais nada, para fazer a Guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala – a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 77-102.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 135-166.

LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Henrique Espada. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social. *Esboços*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 11, 2004, n. 12, p. 53-74.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcica: uma santa negra no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

MOTT, Luiz. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), v. 16, 2015, n. 31, p. 571-595.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PESAVENTO, Sandra J. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. *História Unisinos*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), v. 8, n. 10, 2004, p. 179-189.

PIRES, Carlos Eduardo de Moreira, ALMEIDA, Lara de, COELHO, Alexander Brillhante. *Microscopia: contexto histórico, técnicas e procedimentos para observação de amostras biológicas*. Érica, 2014.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e Ação: contribuições para uma interpretação de mecanismo de escala prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. V. 45, n. 1, jan./mar. 1983.

REVEL, Jacques. A História ao Rés-do-Chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, 2010, p. 434-444.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala – a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, nº45, 2010, p. 434-444.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Eduardo. *D. Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVEIRA, Maria Laura. Escala geográfica: da ação ao império? *Revista Terra Livre*, Goiânia, Ano 20, v. 02, n. 23, jul-dez, 2004, p. 87-96.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.